

PROJETOS DE EXTENSÃO

**DEPARTAMENTO
DE DIREITO**





1ª EDIÇÃO

**SANTA MARIA
UFSM
2026**

SUMÁRIO

Diplomacia Universitária – Casa das Nações	4
Livros que livram: Remição pela leitura	6
Assessoria a migrantes e refugiados (MIGRAIDH/CSVM) – Fase 3	8
Teoria e prática dos direitos autorais no ambiente escolar: um olhar paradigmático sobre a lei nº 9.610, de 1998	10
Balcão do consumidor vinculado ao PROCON/SM	12
III Congresso sobre Temas Emergentes e Relevantes de Direito Material e Processual do Trabalho: a jornada de trabalho em pauta	13
Prevenir é direito: construindo saberes para o enfrentamento de desastres	15
Direito e educação: UFSM em ação	17
Podcast "Narrar O Direito"	19
Consultoria Jurídica aos empreendimentos parceiros, amigos e de geoprodutos do Geoparque Quarta Colônia: adequação normativa voltada à promoção do desenvolvimento sustentável e internacionalização	21
Educação Fiscal: Desenvolvendo a cidadania	23
DNÁfrica	25
Etnodesenvolvimento: assessoria para controle social de Políticas Públicas de coesão territorial	27
Antropocen(o)ários	29
Núcleo Interdisciplinar de Interação Jurídica Comunitária/Residência – NIIJuC/R	31

DIPLOMACIA UNIVERSITÁRIA – CASA DAS NAÇÕES

Professor responsável : José Luiz de Moura Filho

ODS: 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis

01/08/2024 – 31/07/2029

A Casa das Nações é um projeto de extensão que propõe a **criação de um espaço físico de referência regional para comunidades estrangeiras**, especialmente no contexto do MERCOSUL.

O objetivo é promover o acesso à justiça social por meio da efetivação de direitos fundamentais de minorias, com uma abordagem extensionista não assistencialista.

O espaço abriga representações diplomáticas honorárias, ONGs e organismos internacionais, com foco em países em desenvolvimento e atuação reconhecida na área dos Direitos Humanos. A proposta se concretiza por meio da Residência, que envolve a atuação de estudantes e profissionais egressos da UFSM e de outras instituições, prestando serviços às comunidades tradicionais e estrangeiras em espaços públicos e comunitários.



O projeto se orienta pelos **Eixos do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3)** e pelos **17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)**, reconhecendo a importância da formação interdisciplinar e socialmente referenciada. Entre suas ações estão o apoio a relações diplomáticas culturais e acadêmicas, o acolhimento de estrangeiros com respeito à sua cultura e vontade, o empoderamento de mulheres e mães estrangeiras, a promoção de campanhas humanitárias e a sensibilização da comunidade sobre os direitos das minorias.

A proposta surge como resposta aos desafios contemporâneos da globalização excludente e da crescente desigualdade no acesso a direitos. Ao integrar ensino, pesquisa e extensão, a Casa das Nações busca formar profissionais críticos e comprometidos com a transformação social. Espera-se que o projeto impacte positivamente tanto a comunidade acadêmica quanto a externa, promovendo o contato com diferentes culturas e fortalecendo a participação ativa na construção e gestão de políticas públicas voltadas aos Direitos Humanos e aos ODS.



LIVROS QUE LIVRAM: REMIÇÃO PELA LEITURA

Professor responsável: Angela de Araujo da Silveira Espindola

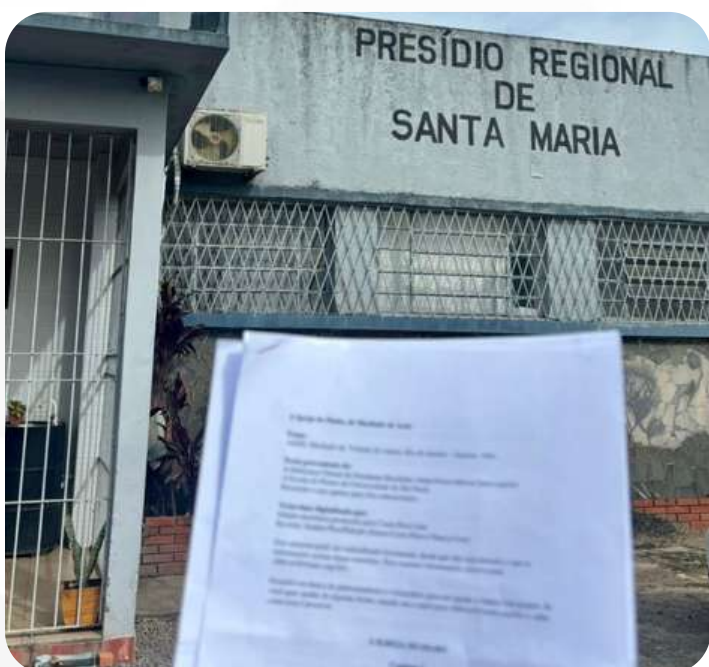
ODS: 10 - Redução das Desigualdades

01/04/2022 – 31/03/2027

O projeto Livros que Livram tem como **foco** o direito à remição de pena pela leitura, previsto na Lei de Execução Penal desde 2011. A proposta busca implementar esse direito nas unidades prisionais de Santa Maria, promovendo oficinas de leitura e grupos de correção de resenhas literárias.

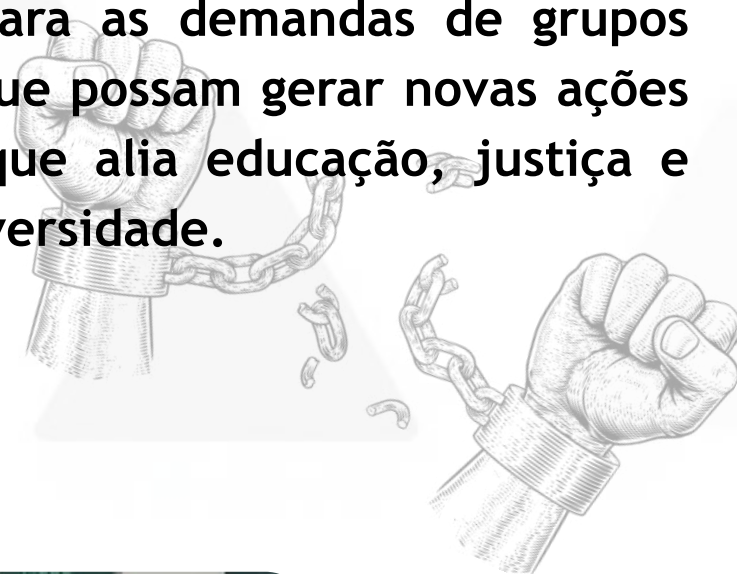
A cada obra lida e resenhada, quatro dias são remidos da pena, com limite de até 12 livros por ano por pessoa. A iniciativa tem como base legal a Lei nº 12.433/2011 e as Resoluções CNJ nº 44/2013 e nº 391/2021, e se fundamenta na perspectiva do Direito & Literatura, reconhecendo o acesso à literatura como um direito humano, conforme defendido por Antônio Cândido.

O projeto deriva do extinto Cidade Desencarcerada, executado em 2019, que foi interrompido pela pandemia. Na retomada, a proposta foi redimensionada para atender mensalmente 20 apenados (as), com oficinas mensais no Presídio Regional de Santa Maria (PRSM).



As obras são selecionadas por professoras e alunos, e as resenhas são avaliadas por uma equipe extensionista, com homologação da Vara de Execuções Penais. A expectativa é que cada participante possa reduzir até 40 dias de pena ao longo do projeto.

Além da remição, o projeto promove a formação cidadã, proporcionando aos apenados o contato com a literatura e aos estudantes universitários uma **vivência transformadora** junto à população carcerária. A ação fortalece o vínculo entre universidade e sociedade, sensibilizando os envolvidos para as demandas de grupos vulnerabilizados e fomentando pesquisas que possam gerar novas ações de extensão. Trata-se de uma iniciativa que alia educação, justiça e inclusão, reafirmando o papel social da universidade.



ASSESSORIA A MIGRANTES E REFUGIADOS (MIGRAIDH/CSVM) – FASE 3

Professor responsável: Liliana Dutra Bignol

ODS: 10 - Redução das Desigualdades

20/01/2025 – 20/01/2030

A iniciativa tem como objetivo consolidar um espaço de referência para a **proteção e promoção de direitos humanos da população migrante e refugiada**, estruturalmente vulnerável, por meio da integração entre extensão, ensino e pesquisa. Com atuação local, regional e nacional, o projeto desenvolve ações voltadas ao acesso a direitos, integração social, acolhimento psicossocial, acessibilidade linguística, combate à xenofobia e ao racismo, além de apoio à formulação de políticas públicas e processos legislativos que reconheçam o direito humano de migrar.

A metodologia adotada é inspirada em Paulo Freire, compreendendo a extensão como prática comunicativa e interdisciplinar, articulada às seis linhas de pesquisa do Migraidh/CSVM. A equipe é composta por docentes, discentes e técnicos de diversos departamentos da UFSM, como Direito, Psicologia, Ciências Sociais, Comunicação e Letras, entre outros colaboradores.

O projeto atua diretamente com demandas individuais e coletivas, oferecendo assessoria jurídico-documental, acolhimento psicológico, rodas de conversa para acessibilidade linguística, mediação com órgãos públicos e ações de advocacy. Também promove campanhas comunicacionais e participa de eventos científicos e governamentais sobre migração e refúgio.



Reconhecido nacional e internacionalmente como boa prática em direitos humanos, o Migraidh tem contribuído para a formulação de políticas públicas e para a capacitação de agentes públicos. Suas ações têm orientado outras universidades e organizações da sociedade civil, e o conhecimento produzido é difundido por meio de publicações e eventos acadêmicos. O projeto também atua na aplicação da Resolução 41/2016 (art. 8º), garantindo acolhida e permanência de estudantes migrantes e refugiados na UFSM.

Como resultado, espera-se o fortalecimento das redes de acolhimento e inserção social, a ampliação do acesso a serviços públicos, a promoção de relações interculturais e a transformação da realidade de migrantes e refugiados por meio da efetivação de seus direitos. O projeto reafirma o compromisso da universidade com a justiça social e com a construção de uma sociedade mais inclusiva e plural.



TEORIA E PRÁTICA DOS DIREITOS AUTORAIS NO AMBIENTE ESCOLAR: UM OLHAR PARADIGMÁTICO SOBRE A LEI Nº 9.610, DE 1998

Professor responsável: Isabel Christine Silva de Gregori

ODS: 04 - Educação de Qualidade

30/04/2018 - 31/03/2026

O projeto objetiva levar o conhecimento sobre direitos autorais aplicado à realidade estudantil do Ensino Fundamental das instituições de ensino da rede pública e particular de Santa Maria/RS e região. A iniciativa busca demonstrar a relevância da proteção jurídica no contexto escolar, informar alunos sobre o uso correto de citações e referências, especialmente de conteúdo da internet, e explicar que o plágio é uma infração legal. Além disso, propõe realizar oficinas destinadas aos professores sobre a reprodução de obras e a produção de materiais didáticos.

A metodologia parte da constatação de que, com o fácil acesso digital, estudantes e docentes frequentemente utilizam obras sem a devida referência. O projeto atua levando informação sobre o uso legal de materiais didáticos e plataformas digitais, dialogando sobre práticas comuns que violam direitos, como a "pasta do professor". A iniciativa justifica-se pela relevância social do tema, visto que grande parte da sociedade desconhece a matéria, incorrendo em violações ou tendo seus próprios direitos violados sem saber como reivindicá-los.

Como resultado, espera-se esclarecer, não apenas aos estudantes, mas também aos professores, em que consiste a tutela dos direitos autorais, particularmente aqueles envolvidos na construção do conhecimento desenvolvido em suas escolas e os atrelados a obras literárias e artísticas. O projeto busca também expor o conflito existente entre os direitos do autor e o acesso à cultura, ambos contextualizados na sociedade em rede.



BALCÃO DO CONSUMIDOR VINCULADO AO PROCON/SM

Professor responsável: Daniela Richter

ODS: 12 - Consumo e Produção Responsáveis

10/03/2025 - 10/02/2028

O projeto do Balcão do Consumidor, vinculado ao Procon/SM, possui um Núcleo na UFSM (sala 06, ao lado do Posto, na entrada da UFSM) para atender as demandas de consumo dos consumidores Santamarienses, sobretudo, àqueles que residem em Camobi. Opera pela plataforma “consumidor.gov” e busca a harmonização das relações de consumo. Tem como objetivo tratar também das questões de superendividamento do consumidor. A iniciativa busca garantir a proteção da parte vulnerável, promovendo renegociações, educação financeira e, principalmente, ações de consumo sustentável.

A metodologia baseia-se na gestão participativa e interdisciplinar entre o Curso de Graduação em Direito, Prefeitura Municipal, por meio do Procon, e demais setores da UFSM. O projeto promove a interação entre a Universidade, Estado e Sociedade por meio de programas de ações extensionistas, incluindo os atendimentos, palestras, capacitações, dentre outros. Conta, ademais, com a parceria dos Cursos de Contábeis, Economia e Psicologia, buscando proporcionar equilíbrio e eficiência na defesa dos direitos do consumidor por meio de mediação consumerista.

A iniciativa justifica-se pela crescente necessidade de debater e concretizar os novos direitos do consumidor, especialmente o consumo sustentável. Em um cenário onde o Estado tem se eximido de seu papel, corroborando a expansão do mercado e o aumento dos problemas como o superendividamento, o projeto busca o engajamento de outros setores. Com milhões de brasileiros na inadimplência, o Balcão do Consumidor oferece um enfrentamento extrajudicial, permitindo que a UFSM cumpra sua missão institucional de extensão e pesquisa na promoção da educação ao consumo sustentável.



Por Guilherme Kormann Berger

III CONGRESSO SOBRE TEMAS EMERGENTES E RELEVANTES DE DIREITO MATERIAL E PROCESSUAL DO TRABALHO: A JORNADA DE TRABALHO EM PAUTA

Professora responsável: Nathalie Kuczura Nedel
ODS: 08 - Trabalho Decente e Crescimento Econômico
20/01/2026 – 31/12/2026

O Congresso em questão se propõe a aprofundar o conhecimento dos participantes acerca de temas emergentes e relevantes de Direito material e processual do trabalho, especificamente, nesta terceira edição, no que tange à jornada de trabalho a partir de uma troca dialógica entre todos os atores: acadêmicos, profissionais da área do direito e trabalhadores. Assim, o buscado e o idealizado no presente projeto é a troca de conhecimentos entre estudantes da UFSM e de outras IES, profissionais da área jurídica ou afins, trabalhadores, professores, etc., oportunizando uma experiência que vislumbre o debate e o aprimoramento de uma análise crítica acerca da jornada de trabalho, tema que está muito em voga com a discussão da jornada 6x1, a fim de que tais conhecimentos e experiências sejam expandidas e difundidas para além da Universidade.



O evento ocorrerá em 2 dias e contará com 4 painéis, os quais serão realizados de maneira explanativa pelos palestrantes e, após sua fala, aberto para realização de questionamentos e debate entre palestrantes e ouvintes. Ademais, o evento contará com a submissão de resumos simples e expandidos, havendo espaço para apresentação dos respectivos resultados. Parte das atividades ocorrerá presencialmente, no campus da Universidade e outra parte será realizada virtualmente. O evento acontecerá na segunda quinzena de setembro de 2026. Em síntese, o projeto visa realçar o debate existente sobre temas emergentes no Direito Material e Processual do Trabalho, realizando um aprofundamento acerca da jornada de trabalho.



Professora Nathalie Kuczura Nedel

PREVENIR É DIREITO: CONSTRUINDO SABERES PARA O ENFRENTAMENTO DE DESASTRES

Professora responsável: Francielle Benini Agne Tybusch

ODS: 13 - Ação contra a Mudança Global do Clima

01/07/2025 – 31/12/2026

O projeto tem como objetivo fortalecer a resiliência de comunidades vulneráveis de Santa Maria - RS diante dos desastres climáticos, com ênfase nas enchentes de maio de 2024. Fundamentado nos princípios do direito dos desastres e da educação em direitos humanos, busca-se promover o acesso à informação qualificada, acessível e inclusiva, priorizando o protagonismo comunitário e a justiça climática. Para isso, pretende-se adaptar o Plano de Contingência Municipal à linguagem simples, visual e inclusiva, desenvolver ações educativas em escolas e territórios de risco, além de articular redes locais de cuidado e prevenção em parceria com instituições públicas e lideranças comunitárias.



A metodologia será orientada pelo método sistêmico complexo, integrando diferentes saberes e promovendo a participação ativa das comunidades. As ações serão organizadas em cinco etapas: diagnóstico participativo, produção de materiais educativos como cartilhas e vídeos, realização de oficinas e atividades lúdico-educativas em escolas, mobilização social por meio de campanhas de conscientização e avaliação dialógica contínua. O projeto será executado em dois anos, de abril de 2025 a abril de 2027, permitindo o desenvolvimento e a avaliação das ações propostas. Como resultados, espera-se o fortalecimento da cultura de prevenção, a formação de agentes multiplicadores, o empoderamento das comunidades envolvidas e a construção de uma abordagem integrada de educação para desastres em Santa Maria.

O projeto tem como objetivo fortalecer a resiliência de comunidades vulneráveis em Santa Maria - RS por meio da educação e disseminação de informações acessíveis sobre prevenção e resposta a desastres. Para isso, busca-se adaptar o plano de contingência municipal para linguagem simples, implementar programas educativos em escolas de áreas de risco e estabelecer parcerias com órgãos públicos e organizações comunitárias para ampliar o alcance das ações propostas.



Por Felipe Storch

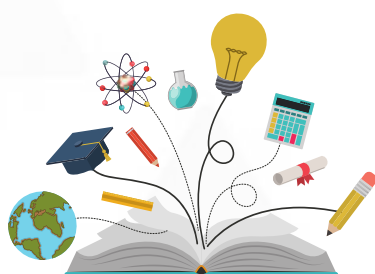
DIREITO E EDUCAÇÃO: UFSM EM AÇÃO

Professora responsável: Nina Trícia Rodrigues

ODS: 04 - Educação de Qualidade e 10 - Redução das Desigualdades

25/10/2023 - 25/10/2026

O projeto "Direito e Educação: UFSM em Ação" foi desenvolvido para levar conhecimentos de Direito Constitucional e Penal às escolas públicas de ensino fundamental e médio, partindo do princípio de que a educação é o meio mais eficaz para transformar uma realidade marcada por opressão e desigualdade. A iniciativa busca formar cidadãos conscientes de seus direitos e garantias fundamentais, além das obrigações inerentes ao Estado Democrático de Direito. Os temas escolhidos para serem trabalhados refletem questões amplamente debatidas na sociedade civil e veiculadas pela mídia, com o objetivo de esclarecer informações, diferenciando verdades de distorções por meio do ordenamento jurídico brasileiro e de fontes bibliográficas como livros e artigos.



Para tornar o aprendizado mais atrativo, cada aula oferece cartilhas sintéticas sobre os assuntos tratados. Entre os tópicos abordados estão democracia, autoritarismo, papel do Estado, direitos e garantias fundamentais, processo legislativo, crimes contra a honra, a vida e o Estado Democrático de Direito, todos trabalhados com metodologias adaptadas a cada nível de ensino.

A iniciativa busca contribuir para uma sociedade mais justa e igualitária conforme a Constituição de 1988, fornecendo noções básicas de política, direitos e deveres como instrumento de emancipação e cidadania, conhecimentos essenciais que não devem se restringir apenas aos que seguem a carreira jurídica.

PODCAST “NARRAR O DIREITO”

Professora responsável: Angela Araujo Da Silveira Espindola

ODS: 04 - Educação de Qualidade

01/03/2026 - 31/12/2029

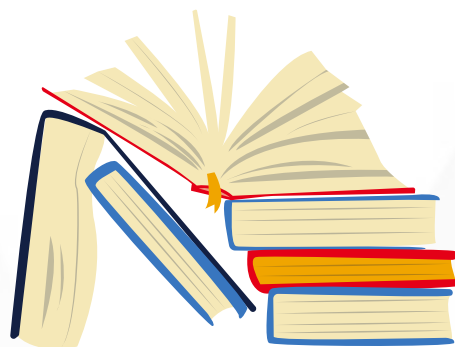
A ação extensionista articula-se às atividades de pesquisa desenvolvidas no campo interdisciplinar do Direito e Literatura, buscando ampliar a circulação pública das reflexões produzidas nesse âmbito e fortalecer o diálogo entre universidade e sociedade. O projeto de extensão "Podcast Narrar o Direito" tem como objetivo geral promover a difusão de conhecimentos sobre Direito, Jurisdição, Literatura e Humanidades por meio da produção e divulgação de episódios em formato de podcast, voltados prioritariamente à comunidade externa à universidade.

A metodologia consiste na produção semestral de 12 episódios (quinzenais), combinando entrevistas com pesquisadores, profissionais do Direito, artistas, escritores e representantes da sociedade civil; e episódios temáticos conduzidos por docentes e estudantes do projeto. A ação envolverá participação ativa de estudantes nas etapas de pesquisa temática, elaboração de roteiros, produção, gravação e divulgação. O podcast será disponibilizado em plataformas digitais abertas (Spotify, YouTube, Apple Podcasts) e redes sociais institucionais (UFSM Direito/PPGD), com métricas de alcance e feedback comunitário para avaliação contínua.



O projeto tem como **objetivos**:

- Democratizar o acesso a debates acadêmicos sobre acesso à justiça, narrativas jurídicas, direitos humanos, democracia, desinformação, tecnologia e inteligência artificial;
- Formar discentes de graduação e pós-graduação nas competências de comunicação científica, produção cultural e diálogo societal;
- Fortalecer a interação dialógica universidade-sociedade via plataformas digitais abertas.



CONSULTORIA JURÍDICA AOS EMPREENDIMENTOS PARCEIROS, AMIGOS E DE GEOPRODUTOS DO GEOPARQUE QUARTA COLÔNIA: ADEQUAÇÃO NORMATIVA VOLTADA À PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INTERNACIONALIZAÇÃO

Professor responsável: Joséli Fiorin Gomes

ODS: 08 - Trabalho Decente e Crescimento Econômico, 09 - Indústria,
Inovação e Infraestrutura, 12 - Consumo e Produção Responsáveis e
17 - Parcerias e Meios de Implementação
12/01/2026 - 31/12/2028

O projeto de extensão tem por objeto a prestação de consultoria jurídica interdisciplinar voltada ao fortalecimento institucional, econômico e social dos empreendimentos e atores públicos vinculados ao **Geoparque Quarta Colônia**, território reconhecido por seu patrimônio geológico, cultural e ambiental e por sua relevância para o desenvolvimento regional sustentável.



O projeto tem como objetivo geral promover a regularização jurídica e incentivar a adequação normativa para a internacionalização dos empreendimentos parceiros, amigos e de geoprodutos do Geoparque Quarta Colônia, bem como a qualificação da governança territorial e o estímulo à economia local sustentável, especialmente nos setores de turismo, geoprodutos e serviços associados ao Geoparque.

A metodologia adotada baseia-se em abordagem participativa e territorializada, combinando atendimentos jurídicos presenciais em regime de coworking, oficinas coletivas, diagnósticos legais, elaboração de pareceres técnicos, produção de cartilhas e acompanhamento continuado dos empreendimentos e gestores públicos. Como resultados esperados, destacam-se a ampliação da conformidade legal nacional e internacional dos empreendimentos parceiros, amigos e de geoprodutos, o fortalecimento da governança do Geoparque, a formação prática e cidadã dos estudantes envolvidos e a consolidação do papel social da UFSM no desenvolvimento regional sustentável.



Por Luis Henrique Dutra Silva

EDUCAÇÃO FISCAL: DESENVOLVENDO A CIDADANIA

Professor responsável: Carlos Norberto Belmonte Vieira

ODS: 10 - Redução das Desigualdades

01/10/2024 - 01/10/2026

O presente projeto tem como finalidade a criação de um programa de extensão vinculado à Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), voltado à capacitação cidadã por meio da promoção da Educação Fiscal como instrumento de fortalecimento da democracia, da justiça social e da cidadania ativa.

A proposta parte do entendimento de que a Educação Fiscal não se limita à mera instrução sobre tributos, mas envolve a formação crítica da população quanto ao papel do Estado, à estrutura e função da tributação, aos gastos públicos, à transparência na gestão e à importância do controle social das políticas públicas. Através da realização de oficinas, palestras, rodas de conversa e materiais didáticos com linguagem acessível, busca-se fomentar o pensamento crítico e a apropriação do conhecimento tributário por parte das comunidades de Santa Maria e região, especialmente nas zonas periféricas e em contextos de maior vulnerabilidade social.

O projeto toma como referência diagnósticos oficiais, como o relatório “Justiça em Números” do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que evidencia que as execuções fiscais representam, isoladamente, o maior fator de congestionamento do Poder Judiciário brasileiro. Esse cenário revela não apenas um sistema tributário ineficiente e regressivo, mas também uma profunda desconexão entre o Estado arrecadador e os contribuintes, agravada pela ausência de ações sistemáticas de esclarecimento da população sobre seus direitos e deveres fiscais.

Diante desse contexto, o projeto propõe-se a atuar preventivamente, promovendo o letramento fiscal de base e a conscientização sobre a função social dos tributos, a fim de evitar o endividamento, reduzir a judicialização e estimular a responsabilidade coletiva sobre a gestão pública. O público-alvo principal será composto por chefes de família, mulheres e homens de baixa renda, residentes em bairros periféricos, com atenção especial à interseccionalidade de gênero e classe.

A escolha desse público decorre da constatação de que são justamente os grupos historicamente excluídos dos espaços de poder e decisão que mais sofrem com a invisibilidade fiscal, a regressividade tributária e a precariedade dos serviços públicos. Ao promover a disseminação de informações sobre isenções, benefícios fiscais, acesso à documentação, planejamento orçamentário familiar e possibilidades de atuação no controle social do orçamento público, o projeto visa promover a autonomia desses sujeitos frente ao Estado.

Mais do que um projeto pontual, a proposta busca consolidar-se como um programa permanente de extensão universitária, articulando ensino, pesquisa e compromisso social. A universidade, nesse contexto, assume seu papel como agente de transformação, contribuindo para o desenvolvimento local e regional a partir da construção coletiva do saber. Ao aproximar a linguagem jurídica e econômica da realidade cotidiana dos cidadãos, o projeto pretende não apenas educar, mas empoderar, ampliando os horizontes da cidadania fiscal e promovendo práticas emancipatórias no campo da justiça tributária.



EDUCAÇÃO FISCAL
GRUPO DE PESQUISA E EXTENSÃO

DNÁFRICA

Professor responsável: José Luiz de Moura Filho

ODS: 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes

25/07/2022 - 31/12/2026

O projeto visa institucionalizar um espaço físico/virtual de referência para a **ancestralidade negra**, em termos de estudos e registros sobre a contribuição das comunidades afrodescendentes de diversas etnias para o desenvolvimento do Brasil, com foco no direito à memória, conforme disposto no artigo 216, Parágrafo 5º, da Constituição Federal de 1988, por meio da constituição de um acervo de documentos, objetos, fotografias, material audiovisual, e, especialmente, um Banco de Dados com amostras de DNA de todos aqueles que quiserem fazê-lo para saber um pouco sobre suas origens no continente africano.



Objetivos:

- Construir e hospedar um Banco de Dados genéticos de descendentes de escravizados;
- Elaborar e executar campanhas de educação patrimonial, com vistas à formação de um acervo próprio;
- Estabelecer e manter um equipamento do tipo museu/memorial, para registro, guarda e divulgação do acervo próprio e de outras pessoas jurídicas ou físicas;
- Compilar e publicizar a produção bibliográfica de intelectuais negros;
- Realizar e divulgar estudos sobre a contribuição de distintas etnias africanas para a formação do Brasil;
- Organizar eventos de promoção da igualdade racial, em todos os aspectos, notadamente cultural e religioso.

ETNODESENVOLVIMENTO: ASSESSORIA PARA CONTROLE SOCIAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE COESÃO TERRITORIAL

Professor responsável: José Luiz de Moura Filho

ODS: 10 - Redução das Desigualdades

11/04/2022 - 31/12/2026

A forma de Estado – federativa – adotada pelo Brasil implica em pelo menos três escalas de jurisdição (União, Estado e Município), situação que torna complexo o entendimento das competências legislativa e administrativa, notadamente para os novos atores sociais, alçados a tal condição pelos mecanismos de Democracia Participativa previstos na Constituição Federal de 1988. Isto implica na falta de efetivação de uma série de direitos fundamentais – individuais e coletivos – para uma variada gama de segmentos populacionais.

O Projeto visa, então, assessorar populações negras, periféricas, comunidades tradicionais e povos originários na efetivação de Políticas Públicas setoriais (saúde, educação, cultura, transporte, geração de renda, etc.) e territoriais (PNDR, PDFF, GERCO, Planos Diretores, etc.), especialmente por meio da **capacitação das lideranças comunitárias** para o exercício do controle social sobre o planejamento e execução destas, através de minicursos, oficinas, rodas de conversa, pareceres, minutas de Resoluções, Projetos de Lei, etc.



Objetivos:

- Capacitação para o acompanhamento de Políticas Públicas setoriais/territoriais, por meio de minicursos, oficinas, rodas de conversa, etc.;
- Estabelecimento de mecanismos para a Consulta Prévia, Livre e Informada, conforme dispõe a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT);
- Assessoria técnica (especialmente jurídica) às representações das comunidades em órgãos colegiados (Conselhos Municipais, Comitês de Bacia Hidrográfica, Conselhos Regionais de Desenvolvimento/COREDEs, etc.);
- Organização de equipes multidisciplinares para a elaboração de documentos, como Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação do Território (RTIDs), Laudos Antropológicos, Planos Diretores, etc.;
- Elaboração de Pareceres e/ou revisão de minutas de Projetos de Lei, Resolução, Estatutos Sociais, Regimentos Internos, etc., de órgãos colegiados/entidades privadas.



ANTROPOCEN(O)ÁRIOS

Professor responsável: José Luiz de Moura Filho

ODS: 10 - Redução das Desigualdades

01/04/2022 - 28/02/2027

O Projeto Antropocen(o)ários tem por objeto o desenvolvimento local/regional por meio da promoção da **coesão social em territórios historicamente disputados**, seja do ponto de vista político, seja econômico, notadamente por agentes remotos.

Esses agentes fazem com que as populações locais retenham mais ônus do que bônus nos chamados projetos estratégicos de desenvolvimento regional, situação típica dos espaços considerados "perdedores" em contraposição aos ditos "ganhadores", para o que a existência ou não de infraestrutura é fundamental.



Assim, com base nas metodologias próprias ao planejamento participativo, pretende-se construir, até o final de 2026, junto com as comunidades locais e regionais – em diferentes escalas, inclusive do MERCOSUL – arranjos institucionais que permitam o acesso a recursos (materiais e humanos) que resultem na reversão de indicadores sociais desfavoráveis (como o IDH).

Isso se dará, especialmente, por meio da efetivação dos chamados direitos culturais, numa tentativa de reequilibrar a correlação de forças no território, valorizando sua história através do resgate e da reflexão de sua trajetória enquanto "lugar". Ou seja, um espaço com o qual as pessoas se identificam e onde projetos, não só de vida, mas também de poder, se concretizam.



NÚCLEO INTERDISCIPLINAR DE INTERAÇÃO JURÍDICA COMUNITÁRIA / RESIDÊNCIA - NIIJUC/R

Professor responsável: José Luiz de Moura Filho

ODS: 10 - Redução das Desigualdades

08/03/2021 - 31/12/2026

O Projeto tem por objeto a assessoria jurídica popular em Políticas Públicas voltadas aos Direitos Humanos, nos termos do PNDH-3. Busca promover o acesso à justiça social e a efetivação de direitos fundamentais de minorias, por meio de uma prática extensionista não assistencialista.

Suas ações se desenvolvem no âmbito da Residência, com atuação em espaços públicos e comunitários e participação de egressos da UFSM. Ademais, visa contribuir para a curricularização da extensão na UFSM e fortalecer, em rede, os serviços voltados às populações em situação de vulnerabilidade.



O NIIJuC/R objetiva promover ações (pelo menos uma por ano) orientadas a criar mecanismos de sensibilização da comunidade externa sobre os direitos das minorias; empoderamento da população acerca de seus direitos e compartilhamento de conhecimentos.

Busca-se contribuir para a perspectiva de curricularização da Extensão na UFSM, no sentido da formação profissional e social, baseadas, principalmente, em um ensino crítico que contemple o saber e a extensão não assistencialista.



